



GARANTIA CONSTITUCIONAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Anna Elyse Reis Azevedo

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

O art. 5º, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 é norma garantidora da liberdade de expressão a todos os brasileiros natos, naturalizados e estrangeiros em território brasileiro, como parte dos direitos e garantias fundamentais.

O direito à liberdade de expressão é uma norma de eficácia plena, ou seja, é integral, imediata e direta, a qual todos possuem direito. Ela independe de qualquer órgão, instituição ou autarquia que seja responsável por garanti-la ao povo. No entanto, em relação a essa liberdade e flexibilidade, podem haver alguns limites legais e controversos em determinados casos.

Objetivo

Objetiva-se, por meio deste trabalho acadêmico, a exploração do conteúdo do inciso IX, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, bem como sua relevância para o ordenamento jurídico, por meio da exposição de normas e decisões judiciais atreladas ao inciso.

Material e Métodos

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho acadêmico foi a revisão bibliográfica. Inicialmente, foi usada a Constituição Federal de 1988 para a consulta às leis. Para as consultas a acórdãos, as súmulas estão disponíveis em acervos digitais do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que contém, além do conteúdo de legislação aplicada, algumas doutrinas concatenadas ao conteúdo discorrido. Além disso, para uma consulta imediata, acerca da eficácia normativa, o livro "Aplicabilidade das normas constitucionais", de José Afonso da Silva.

Resultados e Discussão

A norma garante que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença" (BRASIL, 1988). Isso significa que a expressão de opinião é livre, e são inconstitucionais as intervenções regulatórias do Estado. Porém, a liberdade de expressão encontra limites quando envolve terceiros como alvos da expressão de uma opinião. Nos casos de divulgação de informações injuriosas, caluniosas ou difamatórias, a depender do proceder jurídico, pode ser concedido à vítima o direito ao esquecimento, que é um benefício cedido para atenuar os impactos das ações pelo tempo. No entanto, o Supremo

3ª MOSTRA
CIENTÍFICA

Anhanguera



Tribunal Federal (STF) interpreta o direito ao esquecimento como incompatível com a Constituição, pois, em 2021, após um pedido para a retirada de um documentário que reconstituiu um crime real, concluiu-se que aprovar o requerimento seria censurar um fato histórico, segundo o Recurso Extraordinário 1.010.606 do Supremo Tribunal Federal.

Conclusão

Portanto, conclui-se, com base na lei formal e na jurisprudência do Brasil, que a liberdade de expressão é um direito, em tese, bem protegido pelo ordenamento, pois isso reflete a singularidade dos cidadãos e promove o direito de todos. Além disso, faz-se imprescindível a preservação de fatos históricos, sem possibilidades de concessão de um direito ao esquecimento de fatos verídicos, mesmo que inconvenientes, por questões de responsabilidade e preservação dos direitos e garantias fundamentais.

Referências

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 5º, IX. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13/05/2024.

Supremo Tribunal Federal (STF). Recurso Extraordinário (RE) nº 1010606. Relator: Ministro Luiz Fux. Julgado em 12 de setembro de 2019. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&sort=_score&sortBy=desc&isAdvanced=true&origem=AP&classeNumerolIncidente=RE%201010606. Acesso em: 13/05/2024.

Superior Tribunal de Justiça. Terceira Turma. Recurso Especial nº Ato Normativo nº 0006423-68.2021.2.00.0000. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Julgado em 08 de março de 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias/08032022-Direito-ao-esquecimento-nao-justifica-obrigacao-de-excluir-noticia-de-site--decide-Terceira-Turma.aspx>. Acesso em: 13/05/2024.



Anhanguera